



COLÉGIO ESTADUAL PRESIDENTE ABRAHAM LINCOLN
Ensino Fundamental, Médio e Normal
PROJETO HISTÓRIA PARANAENSE- LAPA
2º ENSINO MÉDIO E FORMAÇÃO DE DOCENTES

Texto adaptado pelo Prof. Luiz Aparecido Alves de Souza

A cidade da Lapa do estado do Paraná é considerada um exemplo bem-sucedido de preservação do patrimônio arquitetônico urbano. Seu centro histórico, tombado em 1989, integra o maior conjunto preservado no Estado, representante dos séculos XIX e XX. O município da Lapa situa-se entre o primeiro e o segundo Planalto Paranaense e destaca-se em sua geografia a Escarpa Devoniana, paredão rochoso onde se encontra a Gruta do Monge, conhecida pelos poderes místicos e milagrosos atribuídos ao monge João Maria D'Agostinis, que por ali fez morada entre 1847 e 1855. “São João Maria”, como era conhecido, dedicava-se ao estudo das plantas da região, medicava enfermos, realizava profecias e fazia orações, razão pela qual o local – hoje parte do Parque Estadual do Monge – é procurado por pessoas que buscam cura para seus males. Registros históricos apontam que foram três os monges que freqüentaram a região. Além de João de Maria D'Agostinis, o segundo esteve na Lapa em meio a Revolução Federalista e o terceiro em 1912. De acordo com a lenda, os monges faziam previsões diversas. Alguns dizem ser possível perceber a imagem de uma santa na fenda existente na pedra que serviu de abrigo ao monge João Maria – conhecida como pedra partida.

Na primeira fase econômica paranaense, constituída de economias locais de subsistência e de mineração, houve predominância da mão-de-obra escrava indígena. Tanto no litoral como no planalto, os índios estavam facilmente à disposição dos colonizadores e exigiam menores investimentos para serem transformados em escravos. O grande fluxo de mão-de-obra africana alcançou ainda o final dessa fase econômica, mas a importação de cativos está ligada principalmente a novos fatores da ordem externa. Devido às novas descobertas de ouro noutras regiões do Brasil como Minas Gerais e Cuiabá, a região paranaense foi abandonada pelos paulistas. A economia mineradora “parnanguara” entrou em completa desagregação e os habitantes passaram a se dedicar exclusivamente às pequenas plantações para a própria subsistência e para permutas. Em virtude da escassez da produção aurífera, desde o início os campos de Curitiba serviram, do ponto de vista material, às atividades ligadas à lavoura de subsistência e à pecuária. A área se prestou à exploração e ao pastoreio, e esse novo gênero de vida exigiu, pouco a pouco, a fixação de pequenos núcleos de habitantes, com seus escravos, em torno dos pousos e dos currais de gado.

O tropeirismo era a atividade realizada por homens que trabalhavam com a venda e transporte de gados vacum, muares e mercadorias de uma região para outra. Para esta tarefa, os tropeiros utilizavam as mulas por serem mais resistentes aos caminhos de difícil acesso. As tropas eram de propriedade dos tropeiros, que viajavam pelo interior da colônia alugando seus serviços e a capacidade de carga de seus animais. Os tropeiros exerciam, assim, o papel de comerciantes ao comprar e vender produtos nas localidades por onde passavam, chegando a fazer o papel de “mensageiros” quando levavam notícias dos moradores de uma localidade para outra num território que abarcava as fronteiras castelhanas do Rio Grande do Sul até as Minas Gerais. As cidades onde estes tropeiros instalaram suas famílias passaram a concentrar parte da riqueza da economia do gado, formando núcleos de poder local.

No século XVIII, a pecuária ganhou espaço econômico ligada ao transporte de gado e muares vindos do Rio Grande do Sul, através do caminho do Viamão, para

serem revendidos em Sorocaba (na capitania de São Paulo). Inúmeras pousadas, que serviam para descanso das tropas, foram criadas ao longo do percurso deste caminho, dando origem a várias cidades como: Palmas, Ponta Grossa, Lapa, Rio Negro, Palmeira, Pirai do Sul, Jaguariaíva e Castro, contribuindo no processo de povoamento da região dos Campos Gerais. O estabelecimento da pecuária como empresa econômica fundamental cristalizou a manutenção do trabalho escravo. E nessa conjuntura econômica houve a transposição do sistema escravista da mineração em decadência para a criação de gado, em plena ascensão. A partir daí, houve uma mudança de atividades de grande parte dos habitantes do planalto, e mesmo do litoral. Diante disso, “alguns mineradores se fizeram ‘tropeiros’, ‘invernadores’ e criadores de gado e retiraram das minas o pessoal necessário a essas atividades”. E, ainda, através de cartas de concessão de sesmarias, constata-se a presença de escravos que acompanhavam os mestres nas atividades de pastoreio.

Mapa 2



O itinerário de comércio usada pelos tropeiros. Disponível em : <http://www.ahistoria.com.br/do-parana/>

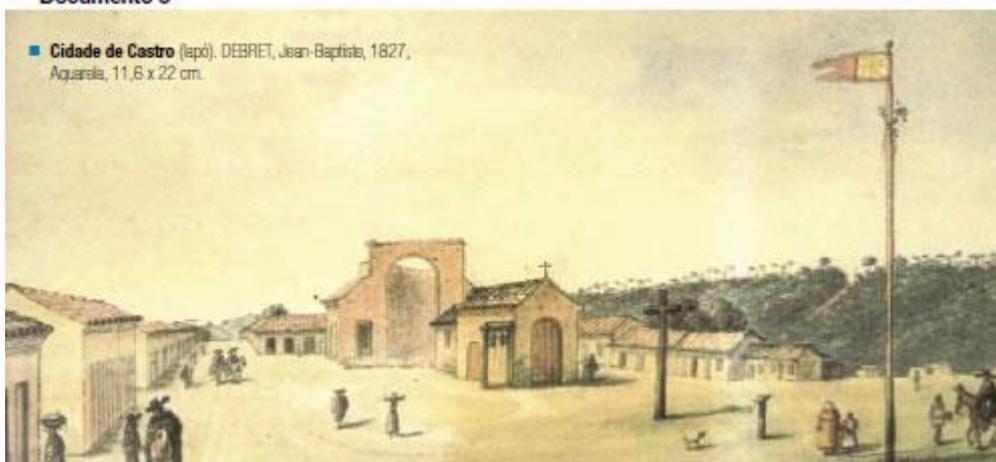
O Paraná do século XVIII se articulou face a uma dicotomia. Estabeleceram-se, praticamente, duas áreas econômicas não integradas: 1) a área da economia pecuária, isto é, os Campos Gerais, caracterizada pela criação e transporte do gado e pelo tropeirismo que, durante a maior parte do século XVIII abastecia, economia central do Brasil. E aqui deve-se levar em consideração que as fazendas eram também autossuficientes, ou seja, produziam sua própria subsistência. 2) a área onde prevaleceram os padrões específicos de economia de subsistência, isto é, as pequenas vilas do planalto e do litoral, que raras vezes entravam em contato com os polos centrais da economia colonial e que guardavam seu ritmo lento de produção.

A contribuição da erva-mate para a formação de vilas e de cidades no Paraná Preocupado com a expansão econômica do sul do Brasil, Portugal autorizou às populações de Paranaguá e Curitiba a comercializarem com a colônia do Sacramento e Buenos Aires, levando para essas regiões: madeiras, telhas, tijolos e, principalmente, a erva-mate. Planta nativa do solo dos planaltos e planícies meridionais do continente latino-americano, a erva-mate a princípio era usada apenas para o consumo interno. A partir do século XVIII, a erva-mate ganhou mercado e projetou a sua exploração no comércio nacional e internacional vindo exercer influência na economia paranaense a partir de 1722.

Com a chegada de numerosos grupos imigratórios e a crescente industrialização, a mão-de-obra livre substituiu a escrava. O mercado local ganhou impulso, principalmente o consumo de bens não-duráveis, compondo a primeira fase da industrialização paranaense. Os imigrantes ajudaram a formar o mercado de trabalho urbano e industrial, trabalhando no beneficiamento e no empacotamento do mate. Novos empregos diretos e indiretos surgiram em vários setores produtivos. A indústria

ervateira introduziu uma sofisticada divisão de trabalho no interior dos engenhos e contribuiu para a formação do trabalho assalariado. Da produção local, a erva-mate se transformou, no século XIX, como principal produto de exportação do Paraná e, devido às novas técnicas de produção, ganhou novas configurações econômicas. Portos, estradas de ferro, serrarias foram atraídas pela erva-mate. A produção, que antes se concentrava no litoral, ganhou o interior povoando regiões mais distantes. A indústria do mate serviu de suporte a outras empresas como: embalagem, metalurgia, madeireira e gráfica. A emancipação política da Província do Paraná, em 1853, acontece a partir da conjunção de interesses internos e externos à economia paranaense.

Documento 5



Paisagem de uma cidade que foi fruto da economia tropeira. Disponível em: <http://www.ahistoria.com.br/do-parana/>

Após a Proclamação da República, em 1889, surgiram desavenças em vários pontos do país, a exemplo de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. O Marechal Deodoro renunciou e o vice-presidente, Marechal Floriano Peixoto, ocupou seu lugar, crente de que essas desavenças nas diferentes províncias cessariam naturalmente, o que não aconteceu. A insurreição iniciou no Rio Grande do Sul, quando revolucionários federalistas, seguidores de Silveira Martins, incitam uma guerra contra o governo de Floriano Peixoto. Para contê-la, uniram-se os republicanos liderados por Júlio de Castilhos, por esse motivo chamados “castilhistas”. Não havia uma causa incontestável para a revolução, mas três possibilidades: críticos do regime republicano, que ansiavam pela volta da monarquia; partidários do regime republicano, mas que queriam outro líder, que não Floriano Peixoto, e aqueles que eram a favor de outras formas de governo, menos centralizadas, como o presidencialismo moderado ou o parlamentarismo republicano.

Gumercindo Saraiva, posterior líder da Revolta que sitiou a Lapa, participou nas primeiras batalhas contra os castilhistas, em 1893, no Rio Grande do Sul. De lá, ele e suas tropas partiram para Santa Catarina e Paraná. Essa rota era obrigatória para atingir a então capital do Brasil, o Rio de Janeiro. Estava instaurada a guerra entre “maragatos”, federalistas contrários ao governo e “pica-paus”, os republicanos. Os federalistas receberam tal denominação porque eram oriundos de Maragateria, na Espanha. Já os pica-paus eram assim chamados pela semelhança de sua vestimenta, com divisas brancas e boné vermelho, com a plumagem do pássaro de mesmo nome.

Diante da constatação de que seria impossível a pacificação no Sul, o Marechal Floriano Peixoto enviou Francisco de Paula Argolo para comandar o 5º Distrito Militar. Em outubro de 1893, o general Argolo reuniu uma força expedicionária em Curitiba e seguiu para a Lapa, onde foi recebido por Joaquim Lacerda. Além da Lapa, havia tropas de resistência republicana em Paranaguá e Tijucas.

As cidades de Tijucas e Paranaguá não resistiram aos invasores e restou à Lapa conter o avanço dos federalistas. No dia 02 de dezembro, o General Argolo passou o comando ao Coronel Antônio Ernesto Gomes Carneiro.



Cerco da Lapa. Disponível em :
https://www.google.com.br/search?q=imagem+do+cerco+da+lapa&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=0ahUKEwi87qWR9a_QAhXCFZAKHfzIBGAQsAQIHA&biw=1600&bih=770#imgsrc=rShrhC-8Ks7C3M%3A

No dia 14 de janeiro de 1894 foram avistadas na estrada de ferro as forças atacantes, com aproximadamente 1.200 homens. Em 17 de janeiro tiveram início os ataques à cidade, que resistiu bravamente por 26 dias, com um exército de 900 homens. A Lapa ficou sitiada, sem comunicação com o exterior e sem possibilidade de fuga, já que as estradas de ferro e de rodagem estavam interceptadas. Faltava comida, água e os cadáveres em decomposição exalavam mau cheiro. Mesmo assim e apesar das notícias de que os revoltosos tinham tomado outras cidades do Paraná, Gomes Carneiro não aceitou conversar com qualquer emissário a respeito da rendição.

A capitulação somente ocorreu no dia 11 de fevereiro, dois dias após a morte do General, que fora gravemente ferido durante combate. Em seu leito de morte, repete: “Resistência, resistência... Resistamos camaradas, porque nós, soldados, não temos direitos, mas apenas deveres a cumprir, e os deveres de um soldado resumem-se em um único, queimar o último cartucho e depois morrer”.

Os dias em que as tropas republicanas resistiram foram o suficiente para que o Marechal Floriano Peixoto guarnecesse a cidade de Itararé, em São Paulo, e preparasse a defesa para impedir o avanço de Gumerindo Saraiva em direção ao Rio de Janeiro.

Os restos mortais desses guerreiros, entre eles do General Gomes Carneiro, estão depositados no “Panteon dos Heróis”, um dos símbolos da Lapa e mais importante monumento cívico do Paraná. Com a chegada de tropas paulistas, os federalistas tiveram que recuar. A paz foi assinada em 23 de agosto de 1895, na cidade de Pelotas, e selou a derrota dos federalistas.

A Revolução Federalista, embora não tenha conquistado seus objetivos, nos mostra que a Proclamação da República e seu sistema político não foram aceitos de forma unânime no Brasil. Alguns grupos políticos contestaram, inclusive de forma armada, o regime republicano, o positivismo, a centralização de poder e a presença das oligarquias nos governos estaduais. Portanto, a Revolução Federalista pode ser compreendida dentro deste contexto histórico de insatisfação com o regime republicano, recém-instalado no país após o 15 de novembro de 1889.

Referência:

Texto adaptado de ZUCCHERELLI, Moara. A “Rota dos tropeiros- projeto turístico na região dos campos gerais: um olhar antropológico. **Dissertação de Mestrado**. 2008. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/15962/ROTA%20DOS%20TROPEIROS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11/11/2016..